



**CARREIRAS POLÍTICAS DE SUCESSO:  
O APOIO AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E O RECRUTAMENTO DA ELITE  
POLÍTICA GAÚCHA**

*Guilherme Catto<sup>1</sup>*

O presente artigo trata-se de uma versão reduzida de um capítulo da Dissertação desenvolvida pelo autor junto ao Programa de Pós-Graduação em História, de título *Perfil e atuação parlamentar no Golpe Civil-Militar de 1964: o caso da Assembleia Legislativa do RS*. No capítulo completo foi elaborado um perfil dos deputados da legislatura eleita em 1962 para o parlamento gaúcho – e que, portanto, estavam no exercício de seus mandatos durante o Golpe de 1964 – para apresentar algumas características dos membros da elite política estadual, mas também fazer uma caracterização de dois grupos, de modo a identificar semelhanças e, principalmente, diferenças entre o grupo que deu sustentação ao Golpe Civil-Militar de 1964 e o grupo que se opôs ao movimento golpista. Aqui, ao invés de realizarmos a exposição de todos os resultados, abordaremos somente alguns deles: a distribuição dos parlamentares em faixas etárias; os parlamentares cassados após o Golpe; e as trajetórias políticas desses grupos.

Utilizamos a noção de elite empregada por Flávio Heinz, que trata o conceito como um termo que não evocaria “nenhuma implicação teórica particular” e indicaria “indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade”<sup>2</sup>. Tomando essa definição, recorreremos ao método posicional para identificar elites que “ênfatiza que os que decidem são aqueles indivíduos ou grupos que preenchem as *posições formais* de mando em uma comunidade”<sup>3</sup>. Assim, consideramos membros da elite política sul-rio-grandense, os parlamentares que conseguiram eleger-se para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, ocupando assim, posições-chave na sociedade rio-grandense.

A metodologia empregada na pesquisa foi a prosopografia, pois a mesma se configura como uma das principais metodologias para abordar elites, contribuindo para o estudo mais completo de

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria

<sup>2</sup> HEINZ, Flávio. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio (org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 7-8.

<sup>3</sup> CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In.: PERISSINOTO, Renato; CODATO, Adriano (orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 16.

suas dinâmicas<sup>4</sup>. O princípio de tal metodologia é simples: primeiramente se define uma população a partir de um ou vários critérios e se estabelece, a partir dela, um questionário biográfico; os diferentes critérios e variáveis desse questionário servem, portanto, à descrição das dinâmicas do grupo delimitado<sup>5</sup>. Em nosso caso específico foi delimitada a legislatura 1963-1966 da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul como o grupo a ser estudado, através do método posicional já referido, tendo como critério sua participação na conjuntura do Golpe Civil-Militar de 1964. Foram escolhidos 61 parlamentares: 52<sup>6</sup> deputados titulares e nove suplentes que estavam exercendo mandatos durante o período do Golpe Civil-Militar.

As fontes utilizadas foram Fichas Parlamentares do Memorial do Legislativo do RS; o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, da Fundação Getúlio Vargas – que pode ser acessado via internet; necrológios encontrados em jornais de circulação estadual – *Correio do Povo* e *Zero Hora*<sup>7</sup>; homenagens, entrevistas e projetos de lei que davam o nome dos parlamentares estudados a ruas e praças, por exemplo<sup>8</sup>. Todas essas fontes nos proporcionaram o acesso a aspectos das trajetórias dos parlamentares estudados: local de nascimento, formação educacional, profissão, carreira política, filiação partidária, etc.

Também, a partir da delimitação do grupo, foi elaborado o questionário biográfico, como sugerido por Charle. O ponto principal, divisor do grupo estudado, foi a filiação partidária. Portanto, dividiu-se o grupo em dois: partidos apoiadores do Golpe – Partido Social Democrático (PSD), Partido Libertador (PL), União Democrática Nacional (UDN), Partido Democrata Cristão (PDC) e Partido de Representação Popular (PRP)<sup>9</sup> e partidos não-apoiadores ou opositores – Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e Aliança Republicana Socialista (ARS)<sup>10</sup>. Estas foram as perguntas do questionário biográfico: “Qual o partido do parlamentar?”; “O parlamentar foi cassado após o Golpe de 1964?”; “Qual a faixa etária do

---

<sup>4</sup> NORONHA, Andrius E. O uso da prosopografia para o estudo de elites locais: um esboço metodológico (o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul). In: HEINZ, Flávio (org.) **História Social de Elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 98.

<sup>5</sup> CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectiva. In: HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

<sup>6</sup> A legislatura da Assembleia contava com 55 deputados, no entanto, Euclides Kliemann, do PSD, faleceu em 1963; Gustavo Langsch, também do PSD, renunciou em abril do mesmo ano; e Sereno Chaise, do PTB, elegeu-se prefeito de Porto Alegre, também em 1963.

<sup>7</sup> Foram consultados jornais no Arquivo História Municipal de Santa Maria (AHMSM) e no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

<sup>8</sup> Essas fontes foram acessadas on-line.

<sup>9</sup> Cabe ressaltar que esse grupo de partidos que apoiaram o Golpe é o mesmo que compôs, para as eleições de 1962, a Ação Democrática Popular (ADP) (CÁNEPA, 2005, p. 302). No acordo estabelecido os partidos se responsabilizavam na formação de um Bloco Parlamentar no Legislativo Estadual (Ibid.). Ainda que algumas vezes o PL não respeitasse esse acordo e atacasse o Governo Meneghetti – eleito pela ADP – na Assembleia a aliança se manteve mesmo com a extinção dos partidos em 1965, refletindo nas escolhas dos candidatos da ARENA para as eleições de 1970 (Ibid., p. 386, nota 32).

<sup>10</sup> Coligação formada pelo Partido Republicano – que servia de legenda para os comunistas, tendo em vista a ilegalidade do PCB – e o Partido Socialista Brasileiro.

parlamentar durante o Golpe?"; "Qual sua base eleitoral?"; "Qual seu nível de escolaridade?"; "Qual sua profissão?"; "O parlamentar exerceu cargos públicos, eletivos ou por indicação, antes de 1962?"; "E após 1964?"; "O parlamentar filiou-se a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) ou ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB)?"; e "A qual partido o parlamentar filiou-se após 1979?". Responderemos, no presente trabalho, a quatro perguntas do questionário biográfico utilizado na pesquisa: "O parlamentar foi cassado após o Golpe de 1964?"; "Qual a faixa etária do parlamentar durante o Golpe?"; "O parlamentar exerceu cargos públicos, eletivos ou por indicação, antes de 1962?"; "E após 1964?". A partir dessas perguntas e com a ajuda das fontes foi possível, portanto, traçar um perfil geral do grupo estudado, bem como um perfil dos dois grupos já referidos, como também um perfil por partido. Esse perfil objetiva principalmente a caracterização do tipo de civil que prestou apoio ao Golpe de 1964, de modo que possamos resgatar um uso crítico do conceito civil-militar e não atribuir a toda sociedade o apoio ao golpismo, como tem feito parte da historiografia brasileira<sup>11</sup>.

### **Faixa Etária**

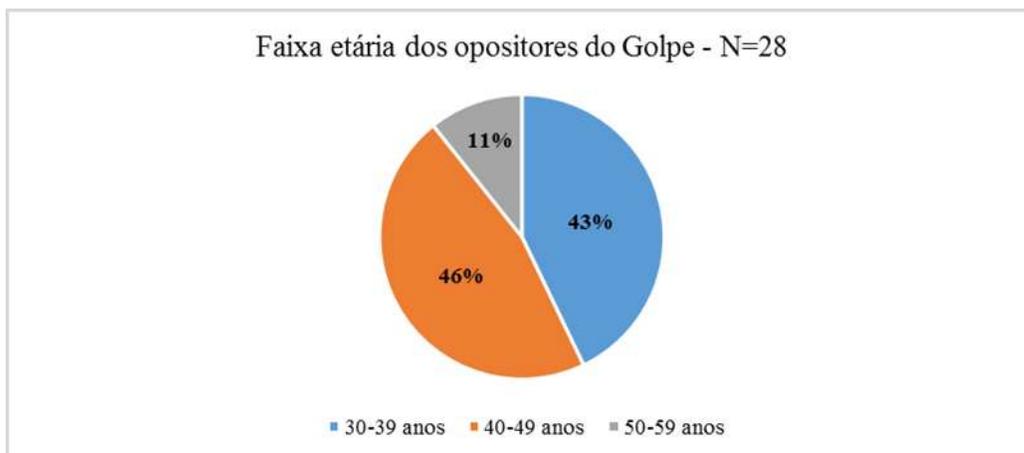
Analisando os dados referentes à idade dos deputados quando do Golpe de 1964, notamos a predominância da faixa de 40 a 49. De um total de 61 deputados, aproximadamente 48% encontravam-se na casa dos 40 anos; em segundo lugar em termos de predominância vinham os deputados na casa dos 30 anos: 36%; a terceira faixa etária em número de parlamentares era a dos 50 anos, com pouco menos de 12%; após, estavam a dos 60 anos e dos 20 anos, com, aproximadamente, 3% e 1%, respectivamente.

O quadro permanece semelhante ao analisarmos os deputados pertencentes ao grupo de partidos não alinhados ao Golpe. Como nos mostra o gráfico 1, de um total de 28 deputados, 46,42% se encontravam na casa dos 40 anos; no entanto, o número de deputados na faixa de 30 a 39 anos é maior, se comparado ao resultado do total de parlamentares: 42,85% contra 36%. A outra faixa que compõe o total de políticos desse grupo era a dos 50 anos, com cerca de 11% do total. Juntas, as faixas de idade mais jovens – dos 30 e 40 anos – representavam quase 90% dos deputados dos partidos contrários ao Golpe, o que pode nos ajudar a inferir que esse grupo tinha políticos que estavam no início de suas carreiras, principalmente se considerarmos que a idade média de chegada à Assembleia, entre os membros dessa legislatura, era de 37 anos.

---

<sup>11</sup> Refere-se aqui, a produção de diversos historiadores como, por exemplo, Daniel Aarão Reis Filho, especialmente o artigo: REIS FILHO, Daniel Aarão. O sol sem peneira. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

Gráfico 1 – Faixa etária predominante entre os opositores do Golpe<sup>12</sup>



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966)

Cruzando dados de faixa etária e trajetória política anterior à eleição de 1962, podemos perceber que dos deputados na faixa dos 30 anos que obtivemos informações, somente quatro já haviam sido deputados; seis haviam ocupado cargos municipais, como prefeitos, vice-prefeitos ou vereadores; e um estava em seu primeiro cargo eletivo. Já na faixa dos 40 anos o grau de experiência era um pouco maior, pois, dos 12 deputados que conseguimos informações, oito já haviam estado na Assembleia, enquanto os outros quatro só tinham ocupado cargos eletivos em suas bases eleitorais. De qualquer forma, nota-se que as duas faixas predominantes entre os deputados que se opuseram ao Golpe são ocupadas por políticos com um potencial de, pelo menos, mais 20 anos de vida pública. Muitos desses não puderam exercer esse potencial devido às cassações impostas pelo arbítrio da Ditadura, como veremos ao cruzarmos dados referentes às faixas etárias e cassações.

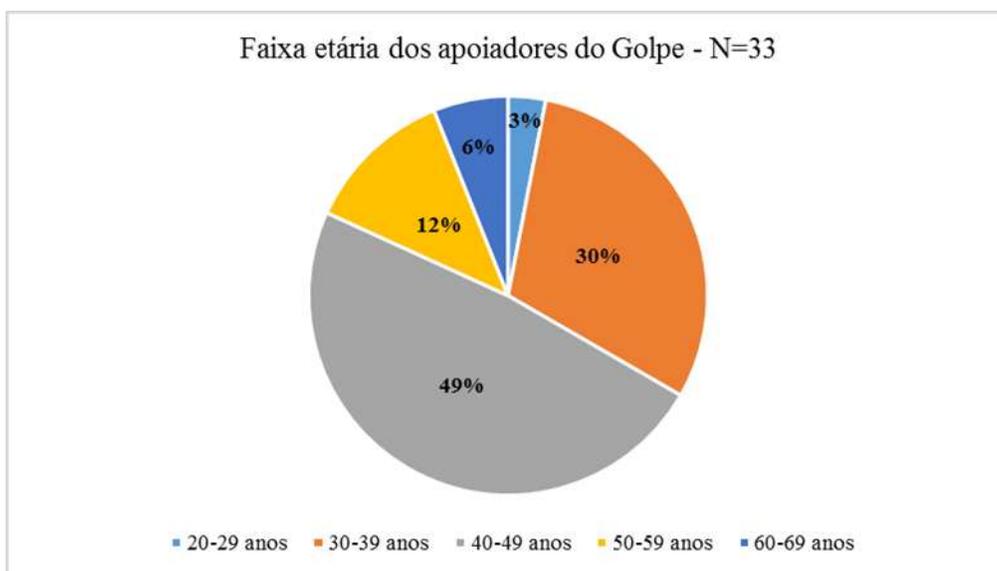
A predominância da faixa dos 40 anos permanece entre os deputados apoiadores do Golpe, membros da ADP, representando quase 50% de um total de 33 deputados, como ilustrado no gráfico 2; num distante segundo lugar vinham os deputados com idade entre 30 e 39 anos, quase 30% do total. Os partidos apoiadores também continham um número maior de deputados mais velhos, nas casas dos 50 e 60 anos. Somadas, essas duas faixas tinham cerca de 18% do total. Há de se destacar, também, que esse grupo possuía o único deputado na faixa dos 20 anos de toda a legislatura, o deputado Nelson Marchezan<sup>13</sup>. A pouca idade de Marchezan somada ao seu apoio ao Golpe e à Ditadura foram alguns dos aspectos que lhe garantiram uma carreira de grande sucesso

<sup>12</sup> “N” representa o número total de parlamentares considerados na estatística.

<sup>13</sup> Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, Ficha Parlamentar de Nelson Marchezan.

político em vários mandatos como Deputado Federal pela ARENA, além de secretarias de estado em nível estadual e federal nos 40 anos que se seguiram ao Golpe.

Gráfico 2 – Faixa etária predominante entre os apoiadores do Golpe



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966)

Diferentemente do que acontece com o grupo de não-apoiadores, esse grupo apresenta deputados mais experientes mesmo na faixa dos 30 anos: seis entre 10 deputados já haviam exercido mandatos na Assembleia antes da legislatura 1963-1966. Entre os deputados da faixa dos 40 anos, nove entre 15 já haviam estado no legislativo sul-rio-grandense. Podemos perceber que, mesmo entre as faixas mais jovens, o grupo de apoiadores do Golpe apresentava políticos com maior experiência em termos de legislativo estadual.

Esses dados nos permitem notar o quanto havia de renovação entre os dois grupos selecionados para análise. É possível perceber que o grupo PTB/MTR/ARS apresentou um maior número de políticos mais jovens, além de também ter apresentado um maior número de políticos que estavam começando suas carreiras em cargos eletivos ou na Assembleia. Mesmo assim, quem acabou se consolidando na política sul-rio-grandense foi justamente o grupo apoiador do Golpe, que apresentava um menor número de deputados jovens, além de representar menos renovação entre seus quadros. Cabe destaque principalmente às bancadas do PSD e da UDN: essas agremiações se configuravam como as mais velhas entre as que tinham representantes na legislatura, pois quase 30% dos deputados do PSD estavam na faixa dos 50 e 60 anos, enquanto na UDN esse número subia para 50%. Mesmo apresentando um número grande de parlamentares mais velhos, esses dois

partidos permaneceram no cerne da política gaúcha nos 20 anos de Ditadura, ocupando diversos cargos de importância, como Governador do estado e Vice, além de cargos menores.

Essa análise também pode servir para notarmos que muitos desses políticos, tanto os que pertenciam a alguns partidos no grupo dos apoiadores do Golpe quanto os que pertenciam ao grupo de opositores, possuíam idades que permitiriam seguir em seus postos de elite política por mais alguns anos. O cruzamento dos dados relacionados às idades, cassações e trajetórias políticas nos mostrará que nem todos tiveram a mesma sorte e puderam exercer esse potencial mencionado.

### **Deputados cassados**

Obviamente a maioria das cassações atingiram os deputados do grupo formado por PTB, MTR e ARS, os já referidos partidos que não apoiaram o Golpe de 1964. Ainda que esse grupo tenha sido o alvo preferencial da Ditadura, um dos deputados pertencente ao grupo dos partidos liberal-conservadores teve seu mandato cassado, portanto, resolvemos colocar esses dados em números proporcionais, a título de comparação.

Do número total de 61 deputados selecionados para o estudo prosopográfico, 20 sofreram cassações<sup>14</sup> em três períodos diferentes: abril e maio de 1964, julho de 1966 e diversos meses entre 1968 e 1969<sup>15</sup>. Esse número equivale a cerca de 33% do total parlamentares. Considerando os três períodos mencionados, nota-se que o maior número de cassações ocorreu em 1964, correspondendo a 40% do total, como nos mostra o gráfico 3; em seguida temos as cassações de 1968-1969, com 35%; e por último as cassações de 1966, com 25%. Não chega a espantar que os períodos com maior número de cassados sejam justamente o que caracteriza o início da Ditadura, abril e maio de 1964 – período onde graças ao primeiro Ato Institucional<sup>16</sup> foi realizada a “operação limpeza”<sup>17</sup> –, e o período cronologicamente mais próximo da promulgação do Ato Institucional nº 5<sup>18</sup>, de 13 de dezembro de 1968.

---

<sup>14</sup> O número de cassados no legislativo, no entanto, é muito maior, principalmente porque diversos suplentes, que não foram selecionados para a pesquisa prosopográfica tiveram seus mandatos cassados.

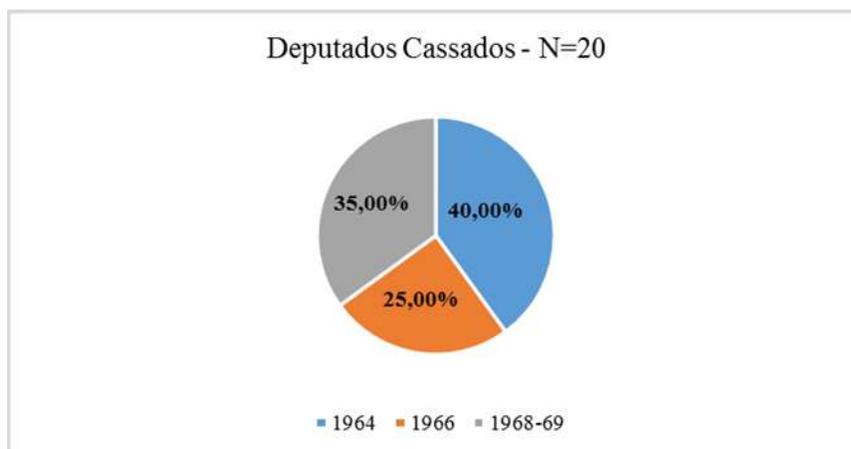
<sup>15</sup> Somente um deputado do grupo estudado foi cassado no ano de 1968, portanto optamos por agrupá-lo junto aos cassados em 1969.

<sup>16</sup> O historiador Carlos Fico (2014, p. 97-113) realiza uma boa recuperação dos momentos decisivos para a produção do primeiro Ato. Para ele, sua edição “foi mais uma etapa do processo que marcou a passagem do golpe à ditadura” (Ibid., p. 101), pois previa punições que desconsideravam as garantias constitucionais. Além disso, estabelecia eleições indiretas para a presidência da República (Ibid., p. 102).

<sup>17</sup> As cassações dos primeiros momentos pós-Golpe “buscavam eliminar da cena política os políticos identificados com o governo João Goulart ou que pudessem opor qualquer resistência aos golpistas. Aos poucos, os partidos eram ‘purificados’, buscando abolir as fontes de discórdia” (KONRAD; LAMEIRA; LIMA, 2013, p. 119).

<sup>18</sup> Segundo Marcelo Ridenti o “AI-5 significou a quebra da legalidade imposta pelo próprio regime; dava poderes quase ilimitados ao presidente da República, por exemplo, para legislar por decreto, suspender direitos políticos dos cidadãos, cassar mandatos eletivos [...]”. Para o autor, a partir do quinto ato, a balança entre força e convencimento começa a pender muito mais para o primeiro (2014, p. 36).

Gráfico 3 – Porcentagem de deputados cassados nos três períodos



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966)

Esses resultados podem ajudar a contrapor algumas teses que procuram atenuar os primeiros anos da Ditadura, especialmente até a edição do quinto Ato Institucional. A “metáfora do ‘golpe dentro do golpe’, segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior”<sup>19</sup> aparece com maior ou menor intensidade em textos de historiadores e jornalistas interessados pelo período. Elio Gaspari procura ressaltar, o tempo todo, a “moderação” de Castello Branco. Para Gaspari o primeiro ditador conclamou seus subordinados para defender a Constituição em 1964 e somente Costa e Silva, seu sucessor, “precipitou o país na ditadura”<sup>20</sup>. A posição do jornalista fica ainda mais clara quando o mesmo afirma textualmente que o regime assumiu sua natureza ditatorial após “os acontecimentos posteriores a 1968”<sup>21</sup>, por meio do AI-5. De outra parte, Marco Antônio Villa é ainda mais enfático ao afirmar que “não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5)”, usando a “movimentação político-cultural” para justificar esse recorte temporal “peculiar”, para dizer o mínimo<sup>22</sup>. A não ser que os autores considerem a cassação arbitrária de direitos políticos de diversos cidadãos um aspecto normal da democracia, se torna difícil defender que a Ditadura não se estabeleceu imediatamente após o Golpe, já em abril de 1964.

<sup>19</sup> FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História. Dossiê Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964)**, São Paulo, 2004 Jul; n.47, v.24, p. 29-60.

<sup>20</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2. ed., Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 141.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 144.

<sup>22</sup> VILLA, Marco Antonio. Ditadura à brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 mar. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0503200908.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2017. Villa ainda publicou um livro de mesmo título em 2014.

Já as cassações de 1966 precisavam afetar o número suficiente de deputados para acabar com a maioria do MDB na Assembleia e garantir a vitória de Peracchi Barcellos, candidato da ARENA. É necessário recordar que o Ato Institucional nº 2<sup>23</sup>, além de extinguir os partidos políticos, havia estabelecido eleições indiretas para cargos executivos. Os governadores dos Estados seriam, portanto, eleitos pelas respectivas Assembleias Legislativas. Dos 55 parlamentares que participariam na escolha do novo governador 28 eram do MDB e 27 da ARENA. Frente à vitória inevitável do MDB, Castelo Branco lançou mão de mais cassações e os suplentes dos cassados foram impedidos de assumir seus mandatos. Vale ressaltar que sete deputados foram cassados em decorrência desse episódio; cinco pertenciam ao grupo escolhido para nossa análise.

### ***Faixa etária e carreira política dos deputados cassados***

A faixa etária preferida das cassações, considerando o total de 20 deputados cassados, foi a dos 40 anos, apresentando 45% dos cassados; a segunda faixa etária com mais cassações foi a dos 30-39 anos, com 30%; a faixa com menor número de cassações foi a dos 50 anos, com 25%. Esses números refletem o quadro geral das faixas de idade na Assembleia: predominância da faixa dos 40 anos, seguida pela dos 30 anos e dos 50 anos. O grupo formado pelos partidos não-apoiadores do Golpe também tem predominância de cassados entre 40 e 49 anos, quase 50% do total. Já o grupo dos partidos apoiadores do Golpe não pode entrar nessa análise, pois teve somente um deputado cassado. Esses resultados se referem aos três períodos de cassações já mencionados analisados conjuntamente.

A situação é um pouco diferente quando separamos esses três momentos, pois nesse caso podemos ver que os deputados mais jovens eram alvos preferenciais em pelo menos um deles, ainda que a predominância fosse de deputados na casa dos 40 anos de idade. De um total de oito deputados cassados em abril e maio de 1964 – todos do PTB e da ARS –, 50% estavam entre 30 e 39 anos; 37,5% estavam na faixa dos 40 anos e somente 12,5% na casa dos 50 anos. Já em julho de 1966, de um total de cinco cassados, 40% estavam na casa dos 30 anos, contra 60% na faixa dos 40 anos. Esse número muda se considerarmos somente os deputados ex-PTB: nesse caso a maioria dos cassados ainda estava na faixa dos mais jovens, entre 30 e 39 anos de idade em 1966, com aproximadamente 65% dos cassados.

---

<sup>23</sup> O AI-2 representou a reação dos golpistas estabelecidos no poder aos resultados das eleições diretas para onze unidades da federação em outubro de 1965. Segundo Ridenti, “a aliança PSD e PTB triunfou em dois estados mais importantes em que houve eleição, Guanabara e Minas Gerais” (2014, p. 34). Além dos estados serem importantes, eram governados, até 1965, por dois líderes civis do Golpe, os udenistas Carlos Lacerda e Magalhães Pinto. Mesmo com a moderação dos eleitos “a vitória foi vista pelo governo federal e pelas Forças Armadas como ameaça à continuidade da nova ordem” (Ibid., p. 35).

Nos anos de 1968-69 os membros da legislatura 1963-1966 estavam em idade mais avançada, estando os deputados cassados em duas faixas exclusivamente: 40-49 anos e 50-59 anos. Nesse período há predomínio de deputados mais velhos entre os perseguidos, cerca de 57% estavam entre 50 e 59 anos. E isso se dá somente para o total de deputados cassados em 1968-69, um total de sete, pois se considerarmos somente o grupo de não apoiadores do Golpe temos um empate de 50% entre as faixas dos 40 anos e dos 50 anos.

O que podemos perceber através dessas análises é que no primeiro período de cassações, logo após o Golpe, já mesmo em 1964, os parlamentares mais visados estavam na faixa dos 30 anos, já haviam ocupado secretarias ou estavam em início de carreira na Assembleia. Entre os oito cassados nos meses de abril e maio de 1964, Antônio Visintainer, Beno Burmann, Lamaison Porto e Wilson Vargas tinham entre 30 e 39 anos. Desses quatro, Visintainer e Burmann estavam em suas primeiras passagens pela Assembleia, enquanto Lamaison Porto e Wilson Vargas haviam atuado em outros mandatos como deputados e também haviam exercido cargos em secretarias estaduais, ambos no Governo Leonel Brizola (1959-1962).

Entre os cassados que se encontravam na casa dos 40 anos tínhamos Justino Quintana, Marino dos Santos, único deputado da ARS, e Rubens Porciúncula. O primeiro estava em seu terceiro mandato na casa legislativa gaúcha, além de ter sido secretário de Educação e Cultura entre os anos de 1960 e 1962. Por outro lado, Marino dos Santos e Rubens Porciúncula só haviam exercido mandatos nos municípios onde iniciaram a carreira política, o que fazia com que a legislatura eleita em 1962 fosse sua primeira na Assembleia.

João Caruso foi o único deputado cassado que estava na faixa dos 50 anos, na época tinha 56 anos. O deputado havia sido uma figura importante do PTB na década de 1950, ocupando diversas secretarias no Governo de Brizola. Além de ser secretário entre os anos de 1959 e 1962, Caruso estava em seu quarto mandato como deputado estadual, elegendo-se em todos os pleitos que concorreu desde 1950. Esse panorama confirma o que havia sido dito: as cassações atacaram aqueles que haviam se consolidado como elite política sul-rio-grandense – em secretarias e diversos mandatos no legislativo – ou aqueles que estavam iniciando suas trajetórias políticas.

O quadro das cassações de abril e maio de 1964 se repete parcialmente em julho de 1966. Dos cinco cassados nesse período, Hélio da Fontoura, com 36 anos e Wilmar Taborda, com 34 anos, eram os mais jovens. O primeiro estava não só debutando na Assembleia, como também nunca havia ocupado nenhum cargo eletivo. Taborda vinha de dois mandatos na Câmara de Palmeira das Missões, mas estava no primeiro mandato na Assembleia. Dos que estavam na faixa dos 40 anos em 1966, somente o deputado Cândido Norberto tinha experiência no legislativo, estava no quarto mandato. Álvaro Petracco havia sido prefeito em Guaporé, mas estreava no

parlamento do RS, situação parecida com a de Osmar Lautenschleiger, que também fazia sua estreia.

A eliminação de uma oposição em início de carreira pela Ditadura reflete um corte no potencial de toda uma sorte de sujeitos que poderiam seguir entre o grupo de elite política sul-riograndense nos mandatos seguintes, ou até mesmo alcançar o posto de deputado federal. A Ditadura impede que esses parlamentares sigam na vida pública pelos 20 anos que se seguem, fato que não ocorre entre os apoiadores do Golpe que, por motivos óbvios, dominam quase que inteiramente a política do Rio Grande do Sul até os anos finais da Ditadura e se perpetuam para além de seu término. Poucos desses deputados cassados conseguem retornar a vida política, tanto após os 10 anos de direitos políticos anulados, quanto após o fim da Ditadura.

### **Carreiras políticas**

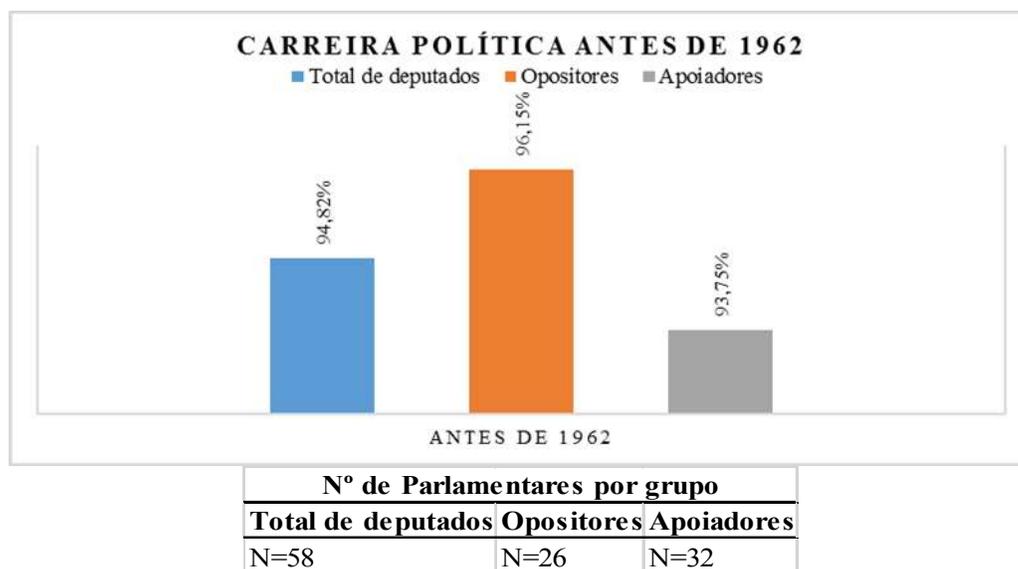
Passaremos agora a análise dos cargos públicos ocupados pelos membros da legislatura 1963-1966 antes de suas eleições para a Assembleia em 1962 e também após o Golpe de 1964 e após o fim da legislatura, em 1966. Dessa forma, buscaremos saber se e quanto o Golpe Civil-Militar de 1964 foi um fator que interferiu no futuro dos membros da elite política gaúcha, sendo um critério de recrutamento para os apoiadores e de exclusão para os opositores.

É importante ressaltar que não foi possível obter dados sobre todos os 61 deputados que compõem o grupo estudado, principalmente no que se refere à carreira política de alguns antes da eleição de 1962. O principal obstáculo encontrado foi a falta de fontes sobre esses deputados, pois a respeito de muitos só conseguimos acessar informações através das Fichas Parlamentares do Memorial do Legislativo. Poucas dessas fichas mencionavam cargos em municípios, por exemplo, o que tornou impossível afirmar com certeza se os parlamentares tinham, ou não, uma carreira política anterior a 1962. Portanto, para calcularmos a porcentagem de parlamentares que possuíam carreira política antes de 1962, três parlamentares foram excluídos do grupo geral. É importante ressaltar que eles são mantidos no cálculo que envolve a ocupação de cargos na Assembleia Legislativa, pois a esse respeito possuímos informações. Além disso, os três parlamentares mencionados são mantidos nos cálculos sobre carreiras políticas após 1964 e o fim do mandato, pois, nesse caso, também sabemos os rumos tomados por eles.

Feitas as ressalvas metodológicas necessárias, passemos aos resultados: entre o total de 58 parlamentares que obtivemos informações referentes ao período anterior a 1962, quase 95% havia ocupado algum cargo público, eletivo ou não, tanto em âmbito municipal como estadual ou federal. Como demonstra o gráfico 4, a porcentagem aumenta ao analisarmos o grupo que se opôs ao Golpe

de 1964; de um total de 26, cerca de 96% já possuía uma trajetória na política. Já entre os apoiadores do Golpe esse número cai um pouco, quase 94% de 32 parlamentares.

Gráfico 4 – Parlamentares com carreiras políticas antes de 1962



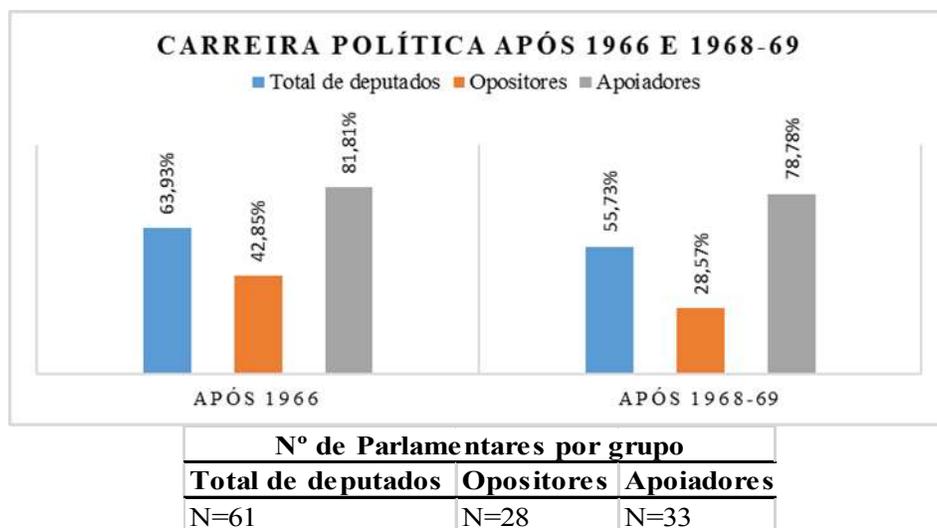
Fonte: Gráfico e tabela elaborados pelo autor com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966)

A figura muda após o fim dessa legislatura – como podemos ver no gráfico 5 –, pois, do total de 61 parlamentares, cerca de 64% permaneceram em algum cargo público. Isso se deve principalmente às cassações impostas pela Ditadura em abril e maio de 1964 e em julho de 1966. A porcentagem cai ainda mais se olharmos para os parlamentares estudados após as cassações de 1968-69: algo próximo de 55% teve a possibilidade de seguir suas carreiras políticas. A permanência na política é maior, obviamente, entre os apoiadores do Golpe: após 1966, do total de 33, cerca de 81% permanece ocupando algum cargo público; esse valor cai um pouco após 1968-69, para quase 79%. Enquanto que entre os opositores, de 28 parlamentares, somente cerca de 43% permaneceu na vida política após 1966; depois das cassações de 1968-69 a porcentagem dos que permaneceram cai para cerca de 28%.

Não consideramos que seja uma relação automática entre apoio ao Golpe e sucesso na vida política, no entanto, o apoio ao movimento golpista passa a ser um critério de recrutamento dessa elite política que vai se consolidar após o início da Ditadura. Ou seja, nem todos os parlamentares que apoiaram o Golpe Civil-Militar obtiveram sucesso na vida política e permaneceram ocupando cargos, por eleição ou por indicação, nos 20 anos que se seguiram a 1964, mas é fato que muitos

deles conseguiram se consolidar enquanto elite política regional e até nacional devido a esse apoio e à sustentação dada à Ditadura. Os dados que estamos apresentando ajudam a perceber isso.

Gráfico 5 – Parlamentares com carreiras políticas após 1966 e 1968-69



Fonte: Gráfico e tabela elaborados pelo autor com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966)

Entre os parlamentares estudados, cerca de 57% dos 61 já havia ocupado o cargo de deputado estadual ao menos uma vez antes da legislatura iniciada em 1963, como mostra o gráfico 6. Como já vimos, os deputados dos partidos que apoiaram o Golpe possuíam maior experiência no legislativo gaúcho, cerca de 63% já havia ocupado o cargo de deputado estadual, enquanto que, entre os deputados dos partidos não apoiadores, esse número caía para 50%.

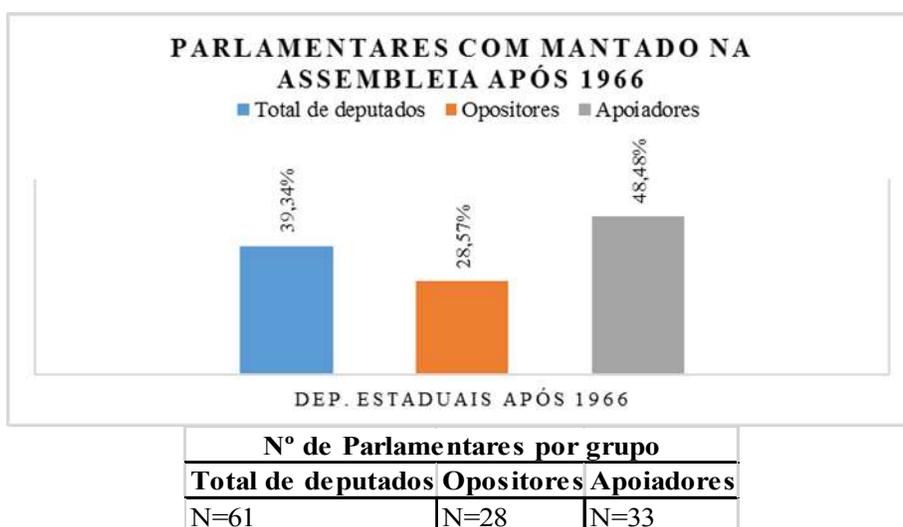
Gráfico 6 – Deputados com mandatos antes de 1962 na Assembleia



Fonte: Gráfico e tabela elaborados pelo autor com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966)

A permanência no parlamento gaúcho após o término dos mandatos em 1966 não foi tão grande, como podemos ver no gráfico 7. Do total de 61 parlamentares, somente 39% retornaram. Esse valor baixo se deve principalmente às cassações dos deputados que foram contrários ao golpe, mas também ao fato de que muitos foram concorrer à Câmara Federal, bem como assumir cargos em instituições do estado, como o TCE, o Banrisul ou a Caixa Econômica Estadual ou Federal, por exemplo. O peso das cassações fica claro, ao vermos que entre os opositores do Golpe, somente 28% retornam ao legislativo estadual, enquanto para os apoiadores esse número sobe para 49%.

Gráfico 7 – Deputados com mandatos na Assembleia após 1966



Fonte: Gráfico e tabela elaborados pelo autor com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966)

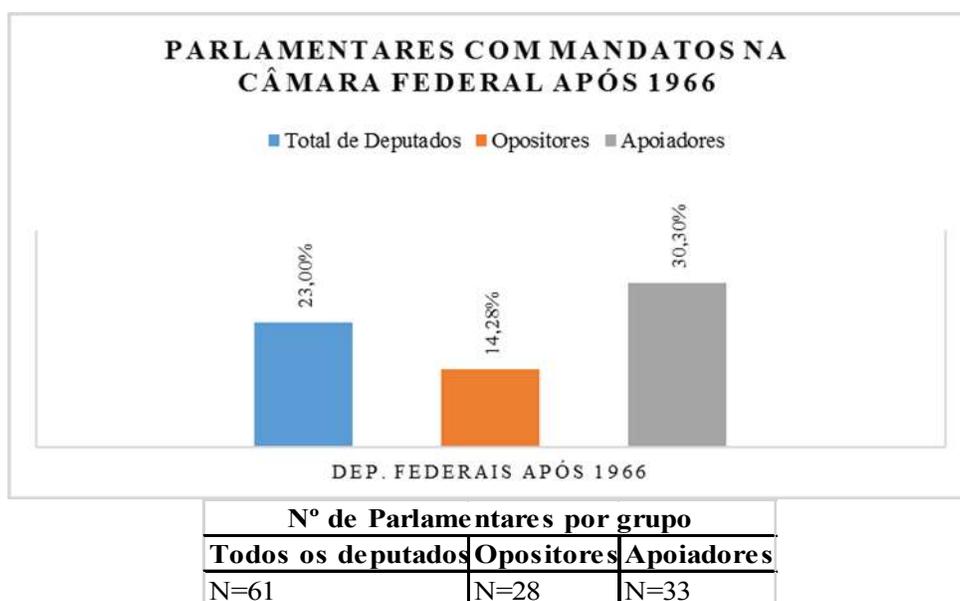
A partir de nossas observações durante a pesquisa, foi possível perceber que a eleição à Câmara Federal só era buscada após o parlamentar ter pelo menos uma passagem pelo legislativo estadual, como se a Assembleia fosse um degrau a ser subido para se chegar à Brasília. Esses resultados corroboram as conclusões de Maria Leopoldi, que ressalta a importância dos órgãos legislativos para a ascensão na carreira política<sup>24</sup>. É possível classificar a Assembleia Legislativa como uma etapa no caminho à Câmara, principalmente porque poucos deputados da legislatura que é objeto de nosso estudo foram eleitos à Câmara Federal antes de 1962 e, mesmo esses que foram eleitos, passaram primeiro pela Assembleia Legislativa. Somente dois parlamentares haviam tido mandatos como deputados federais antes de 1962, foram eles: Alberto Hoffmann, do PRP e Wilson Vargas da Silveira, do PTB. Em ambos os casos, os parlamentares passaram por dois mandatos na

<sup>24</sup> LEOPOLDI, Maria A. P. Carreira Política e Mobilidade Social: o legislativo como meio de ascensão social. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, FGV, n. 2, v. 7, p. 83-95, 1973

Assembleia e foram eleitos em 1958 para a Câmara Federal; ambos foram secretários do governo Leonel Brizola e acabaram voltando para o parlamento gaúcho após a eleição de 1962.

Após o fim dos mandatos dessa legislatura em 1966, no entanto, a porcentagem de parlamentares que consegue se eleger para a Câmara Federal é bastante maior. Como nos mostra o gráfico 8, do total de 61 parlamentares, 23% conseguem eleger-se deputado federal. O número de parlamentares que consegue acessar o posto de elite política nacional é muito maior entre os apoiadores do Golpe, cerca de 30%. Entre o grupo dos opositores do Golpe, somente cerca de 15% dos parlamentares têm o mesmo êxito. Esse número reduzido de opositores alcançando a Câmara Federal deve-se muito às cassações. O partido que mais elegeu deputados federais proporcionalmente, entre os que são objetos de nosso estudo é o PDC, com 40%. Como já mencionado anteriormente, esse era o partido que tinha o político mais jovem da legislatura, o deputado Nelson Marchezan. Além disso, era o partido que tinha mais deputados iniciando suas carreiras na Assembleia na legislatura eleita em 1962. Esses fatores, somados ao apoio ao Golpe, certamente tiveram influência para o sucesso dos membros do partido.

Gráfico 8 – Deputados que chegaram à Câmara Federal após 1966



Fonte: Gráfico e tabela elaborados pelo autor com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966)

Esses dados nos mostram que, assim como o apoio ao Golpe, a oposição ao mesmo não acabava sempre em fracasso político, prova disso são os deputados do PTB que chegam à posição de elite política nacional. No entanto, é gritante a diferença entre a porcentagem de parlamentares

eleitos deputado federal entre os partidos apoiadores do Golpe e entre os não-apoiadores. Obviamente, muito disso se deve às cassações, que procurou eliminar boa parte da oposição representada principalmente no PTB e que, como vimos, atingiu dois perfis de deputados: parlamentares que estavam na faixa dos 30 anos e parlamentares que haviam ocupado secretarias de estado na década de 1950.

Assim como o posto de deputado federal, a eleição ao Senado só era almejada por parlamentares com uma certa experiência na política. Na análise relacionada a esse cargo encontramos a principal exceção referente ao sucesso político de parlamentares contrários ao Golpe. Dos 61 deputados estudados, apenas quatro foram vitoriosos na corrida ao Senado, entre eles estava Pedro Jorge Simon, do PTB, um dos primeiros parlamentares a se colocar contra o Golpe na Assembleia Legislativa. Essa oposição ao Golpe Civil-Militar da parte de Simon não acabou em um processo de cassação contra o deputado, o que lhe permitiu obter sucesso em mais três eleições à Assembleia. Além disso, Simon concorreu ao Senado, sendo vitorioso no ano de 1978. Depois de sua primeira passagem pelo Senado, Pedro Simon ainda seria governador do Rio Grande do Sul, retornando ao Senado em 1991 e sendo reeleito consecutivamente até o fim de seu último mandato em 2014.

No entanto, Simon é o único parlamentar do grupo de não-apoiadores do Golpe que chegou a tal posto. Os outros três são Alberto Hoffmann, do PRP, Paulo Brossard, do PL e Octavio Omar Cardoso, também do PL, todos foram golpistas em 1964. É importante mencionar que Brossard se tornou um ferrenho opositor da Ditadura, principalmente após as cassações de julho de 1966, entretanto, a título de classificação, ele permanece no grupo de apoiadores do Golpe, tendo em vista que foi um dos mais calorosos apoiadores. É impossível afirmar com certeza, mas talvez seu apoio e relações com outros apoiadores do Golpe lhe tenham garantido uma trajetória política livre de cassações.

Assim como no caso dos senadores, a legislatura estudada produziu quatro políticos que chegaram ao posto de governador ou vice-governador do Rio Grande do Sul. Novamente é preciso destacar o sucesso político de Pedro Simon, o único dos políticos que não apoiou o Golpe de 1964 na Assembleia Legislativa a alcançar tal cargo. Simon, no entanto, só pôde se tornar governador após o fim da Ditadura, sendo eleito pelo voto popular nas eleições de 1986. Os outros três parlamentares do grupo estudado que foram governador ou vice, chegaram ao cargo por via indireta, através da Assembleia Legislativa. São eles: Synval Sebastião Duarte Guazzelli, da UDN, governador entre 1975 e 1979; José Augusto Amaral de Souza, do PSD, governador entre 1979 e 1983; e Octavio Badui Germano, também do PSD, vice-governador durante o governo de Amaral de Souza. Aqui é possível ver mais claramente, porque na análise das faixas etárias dos

parlamentares afirmamos que os apoiadores do Golpe permaneceram no cerne da política gaúcha nos anos 21 anos de Ditadura. Afinal, além de chegar ao governo do estado, os políticos desses partidos conseguiram também cargos menores em instituições estaduais, como os cargos de Ministro no TCE, Diretor do Banrisul, além de diversas secretarias, como será demonstrado a seguir.

Em termos de secretaria, dividimos os deputados em dois períodos diferentes dos já expostos para outros cargos. Como o Golpe Civil-Militar de 1964 é o marco temporal mais importante do presente trabalho, analisamos os deputados que ocuparam secretarias segundo o marco de abril de 1964. Do total de deputados, a maioria ocupou cargos em secretarias antes de abril de 1964, 22,41%. Depois de abril de 1964 somente 16,39% foram secretários de estado.

Antes da referida data a maioria dos secretários era do grupo de oposição ao Golpe, 30,76%. Tal porcentagem se deve principalmente aos dois governos trabalhistas que governaram o Rio Grande do Sul na década de 1950: Ernesto Dornelles (1951-1954) e Leonel Brizola (1959-1962). De outra parte, só 15,62% dos deputados que foram secretários antes de abril de 1964 pertenciam ao grupo de apoiadores do Golpe. Esses secretários pertenceram ao primeiro governo Ildo Meneghetti (1955-1958), mas também ao governo Leonel Brizola, tendo em vista que o PRP, partido apoiador do Golpe, fazia parte da coligação que elegeu Brizola e teve um de seus membros, Alberto Hoffmann, na secretaria de Agricultura. Além disso, alguns deputados já haviam assumido secretarias no segundo governo Ildo Meneghetti, iniciado em 1963. Nenhum dos partidos chega próximo dos 35% de parlamentares que foram secretários do PTB. Após abril de 1964, como era de se esperar, somente membros do grupo que apoiou o Golpe de 1964 ocuparam secretarias: 16,39% do total de deputados e 30% dos deputados que apoiaram o Golpe. Entre os secretários haviam membros de variados partidos golpistas: 60% de parlamentares do PDC; 57,14% do PL; 25% do PRP e da UDN; e somente 7,69% do PSD, mostrando que todos tiveram o seu quinhão nos governos seguintes.

Um dado que chamou bastante atenção na análise das trajetórias políticas dos parlamentares estudados foi a quantidade de deputados que foram indicados para o cargo de Ministro ou Conselheiro<sup>25</sup> do Tribunal de Contas do Estado. Isso fez com que nos sentíssemos obrigados a elencar o cargo de Ministro/Conselheiro do TCE como uma categoria. Esse era um cargo que só se alcançava através de indicação do governador do estado. Ainda que não seja um órgão de grande proeminência política, certamente pode ajudar a conferir a devida legitimidade a um governo, especialmente quando tal governo não foi eleito pelo voto popular. Do total de parlamentares que fazem parte do grupo estudado, quase 15% foram nomeados para o TCE, todos após abril de 1964.

---

<sup>25</sup> Do início de sua trajetória, em 1935, até 1970, os principais membros do TCE eram chamados de Ministros, isso muda após a Constituição Estadual de 1970, quando passam a denominarem-se Conselheiros.

Considerando somente o grupo dos partidos golpistas, cerca de 27% assumiram o cargo de Ministro ou Conselheiro do TCE.

Além de todos os cargos já apresentados, muitos parlamentares ocuparam outros cargos que não puderam ser colocados em uma categoria classificatória específica. Esses cargos que serão mencionados a seguir foram agrupados em uma categoria chamada de “Outros”. São eles: Ministro do Superior Tribunal Militar; Diretor do Banrisul; Vice-Presidente do Banrisul; Diretor da Loteria do Estado; Diretor da Área Industrial no BNDES; Presidente da Companhia de Mineração do Rio Grande do Sul; Presidente de FURNAS; Diretor da Caixa Econômica Federal; Diretor da Caixa Econômica Estadual; Presidente do Banco Meridional do Rio Grande do Sul. Cerca de 23% do total de parlamentares ocuparam algum desses cargos após o Golpe de 1964. A esmagadora maioria dos parlamentares que ocuparam tais cargos está no grupo de apoiadores do golpismo, cerca de 33% contra 10% de parlamentares contrários ao Golpe.

Como podemos ver, um grande número de parlamentares possuía carreira na política antes da eleição para Assembleia em 1962, quer tenha sido em cargos municipais, quer tenha sido na própria Assembleia. O Golpe Civil-Militar de 1964, como importante marco político na história do Brasil, é um divisor de águas na política gaúcha. Nossa pesquisa demonstra que, de um grande número de parlamentares que possuíam uma trajetória política antes de 1962, poucos dos opositores do Golpe puderam continuar suas vidas na política. Por outro lado, os apoiadores do Golpe, além de conseguirem prosseguir na política, alcançam grande sucesso em suas carreiras, ocupando diversos cargos em âmbito estadual e nacional. É preciso ressaltar, novamente, que isso não se dá de maneira automática e que nem sempre o apoio ao Golpe resulta em sucesso na política, mas que, sem dúvida, o apoio ao Golpe passa a ser um critério de recrutamento para o posto de elite política sul-rio-grandense e brasileira. Da mesma forma, a oposição ao Golpe não resulta, necessariamente em fracasso e cassação, prova disso é a trajetória bem-sucedida de Pedro Simon e outros parlamentares. No entanto, a grande maioria dos deputados que foi contrário ao Golpe acabou tendo suas trajetórias interrompidas pelas cassações e barrada pela Ditadura. Dessa forma, os golpistas enfraqueceram a oposição e se perpetuaram para muito além dos 21 anos de arbítrio.

### **Considerações Finais**

Como podemos ver, o perfil que caracteriza os dois grupos que fazem parte da nossa pesquisa apresentam diversas semelhanças e diferenças. Inicialmente, podemos dizer que a maioria dos deputados estava em uma faixa etária predominante, a dos 40-49 anos. Isso se repetia para cada um dos grupos, ou seja, apoiadores e não-apoiadores também possuíam a maioria de seus

parlamentares nessa faixa de idade. No entanto, o grupo que se opôs ao Golpe apresentava maior porcentagem de deputados na faixa dos 30 anos, enquanto que o grupo que apoiou o Golpe possuía deputados mais velhos, especialmente a UDN e o PSD, que eram os partidos mais velhos da legislatura. Como já dito, esses deputados na faixa dos 30 anos que não apoiaram o Golpe foram o alvo preferido do primeiro período de cassações. Isto é, muitos parlamentares jovens, que tinham potencial de mais alguns anos de carreira política, foram cassados, num ato que visava à eliminação da oposição por parte da Ditadura. Esse potencial se confirma ao analisarmos as carreiras de alguns dos apoiadores do Golpe, já que boa parte desse grupo permanece na política e ocupa cargos para além da Assembleia Legislativa.

É possível dizer que o aspecto que apresenta mais diferenças seja o que se refere às carreiras políticas dos parlamentares. Os resultados mais discrepantes que envolvem esse critério de análise, sem dúvida, são os que se referem a carreira política dos parlamentares pós-Golpe. Enquanto o grupo de apoio ao Golpe viu um grande número de deputados prosseguindo na carreira política, chegando aos cargos de deputado federal, secretários, governador e vice, o grupo de oposição ao Golpe teve uma porcentagem bem pequena de seus membros tendo êxito na política, mostrando o peso das cassações e da consolidação da Ditadura para esse grupo.